

30/09/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 115.365 ESPÍRITO SANTO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: MALVINA RIBEIRO DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIREITO MATERIAL E INSTRUMENTAL – CONCILIAÇÃO. Há de conciliar-se o direito material e o instrumental, homenageando-se o fundo em detrimento da forma.

PROCESSO-CRIME – ABSOLVIÇÃO – CAPITULAÇÃO. A simples erronia no enquadramento instrumental da absolvição fica longe de levar ao retorno ao estágio anterior à sentença proferida.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em deferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 30 de setembro de 2014.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – PRESIDENTE E RELATOR

HABEAS CORPUS 115.365 ESPÍRITO SANTO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: MALVINA RIBEIRO DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Eis as informações prestadas pela Assessoria:

A paciente foi absolvida da imputação relativa ao crime previsto no artigo 334, § 1º (contrabando), alíneas “c” (uso comercial de mercadoria que o próprio agente importou ou introduziu, ou que sabe ser produto de descaminho) e “d” (adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio, no exercício de atividade comercial, mercadoria de origem estrangeira, desacompanhada de documentação legal), do Código Penal.

O Ministério Público interpôs apelação. Aduziu o encerramento prematuro da instrução, sem que fossem produzidas quaisquer provas que pudessem colaborar na formação do convencimento; a dispensa da existência de fato novo que justificasse a absolvição, após recebimento da denúncia, fora das hipóteses do artigo 397 do Código de Processo Penal; e o descrédito à proposta de suspensão condicional do processo. A Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negou provimento ao recurso. Assentou não estar comprovado o conhecimento prévio acerca da procedência estrangeira das máquinas, assinalando, inclusive, que, entre os vários componentes, apenas dois não seriam nacionais. Consignou a ocorrência de erro de tipo, com exclusão do dolo e, conseqüentemente, da tipicidade. Afastou a alegação de dolo eventual, pois pressuporia a consciência da ilicitude para que se assumisse o risco de produzi-la.

HC 115365 / ES

A Procuradoria Regional da República formalizou recurso especial – de nº 1.209.582/ES. A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça o proveu parcialmente, determinando o retorno do processo à origem a fim de dar prosseguimento à ação penal. Anotou o descabimento da absolvição sumária da paciente fora das hipóteses legais. Salientou ser indispensável a realização de instrução probatória, porquanto manifesta a existência de controvérsia a respeito da origem dos componentes das máquinas apreendidas. Reconheceu a negativa de vigência ao artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, por haver o Juízo fundamentado a sentença – de forma equivocada – em tal dispositivo.

Neste *habeas*, a Defensoria Pública da União sustenta a impossibilidade de a paciente saber da origem da mercadoria, ao argumento de que nem mesmo os funcionários da Receita Federal foram capazes de afirmá-la. Argui a insuficiência do parecer da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE para motivar a ação penal. Reitera a tese da ausência de elemento subjetivo necessário para a configuração do tipo, enfatizando que o dolo não poderia ser presumido. Defende prescindir a absolvição de instrução probatória ante o notório desconhecimento sobre a transnacionalidade dos componentes do maquinário em comento.

Requer o implemento de liminar para trancar a Ação Penal nº 2009.50.01.012988-0, em curso na 1ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Espírito Santo, até o julgamento final do *habeas*. No mérito, pede a confirmação da providência, com o restabelecimento do acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

A Procuradoria Geral da República opina pelo indeferimento do pedido.

Consulta ao sítio do Superior Tribunal de Justiça, em 5 de maio de 2014, revelou que o processo no qual formalizado o ato atacado nesta impetração encontra-se arquivado em definitivo, após o trânsito em

HC 115365 / ES

julgado do acórdão, na data de 26 de outubro de 2012.

Lancei visto no processo em 12 de setembro de 2014, liberando-o para ser examinado na Turma a partir de 23 seguinte, isso objetivando a ciência da impetrante.

É o relatório.

HABEAS CORPUS 115.365 ESPÍRITO SANTO**VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O exame do processo revela a inexistência de dolo do paciente, não sendo razoável esperar que tivesse o conhecimento técnico necessário para saber que, no interior das máquinas, havia dois componentes de origem alienígena. Essas são as balizas que devem ser observadas, não cabendo alegações quanto à exploração ilegal das máquinas, pois configura delito diverso.

O sistema adotado pela legislação penal pátria – finalismo – exige, para os crimes dolosos, a presença do dolo natural, consistente na consciência e na vontade de praticar a conduta criminosa. O magistrado entendeu ausente o elemento volitivo, uma vez que esse abarca, por parte do agente, a vontade de realizar o fato típico, ou seja, de importar mercadoria ilegal.

A configuração do crime passa necessariamente pela análise do dolo. Ante a inexistência do dolo do agente, nos moldes consignados pelo Juízo, mostrou-se atípica a conduta e observável o artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal. A problemática envolvida neste *habeas* consiste em saber se a capitulação inadequada na absolvição consubstancia motivo para retornar o processo à fase instrutória. A resposta é negativa, caso contrário, estar-se-á potencializando regra instrumental em detrimento do direito material. Não ocorreu prejuízo, pois os elementos constantes do processo não conduzem a interpretação no sentido de que, se houvesse dilação probatória, o dolo do agente ficaria demonstrado e, portanto, o erro de tipo seria afastado.

O artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal autoriza a absolvição sumária nos casos em que se entenda ser não criminosa a conduta. Pressupostos similares possui o artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, apenas com momentos processuais diversos.

A circunstância de o Juízo ter utilizado como fundamentação o artigo 397, inciso IV, do Código de Processo Penal não pode resultar na volta à instrução processual.

HC 115365 / ES

As reformas que vem sendo implementadas ao longo dos anos no processo penal brasileiro buscam evitar a duração do processo por tempo desarrazoado. Voltar à instrução criminal se o Juízo já assentou entendimento quanto à atipicidade, vindo o Tribunal a pronunciar-se no mesmo sentido, contraria o propósito normativo.

É garantia do acusado não ser julgado sem a observância do devido processo legal. A utilização de certas regras processuais em desfavor do réu configura descompasso com a natureza do processo, porque significa o uso da garantia contra o beneficiário. Não digo, com isso, que não se pode chegar à ofensa a normas processuais quando se tem alfim absolvição, apenas não há razão a justificar a retomada da instrução.

Ao examinar o pedido de medida acauteladora, fiz ver:

2. As duas instâncias ordinárias assentaram a absolvição da paciente. Concluíram pelo desconhecimento da origem da mercadoria. Esse quadro foi revertido em sede extraordinária, ou seja, no recurso especial. Tudo recomenda que haja a suspensão do processo-crime até o julgamento final deste *habeas corpus*.

Ante o exposto, defiro a ordem, para restabelecer o acórdão formalizado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no que implicou a confirmação do entendimento sufragado em sentença, cassando o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.209.582/ES.

30/09/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 115.365 ESPÍRITO SANTO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - Presidente, eu costumo seguir a jurisprudência do Supremo, que é bastante restritiva nessas hipóteses, sobretudo de trancamento. Mas, neste caso, que é de absolvição sumária, eu verifico que o 1º e o 2º graus foram convergentes na absolvição sumária, que é um critério que eu frequentemente adoto quando o sinal está invertido. E, portanto, coerentemente, aqui, vou acompanhar o eminente Relator, considerando que a hipótese é de dupla absolvição nas instâncias ordinárias.

De modo que eu acompanho o Relator.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE E RELATOR) – A reversão do quadro foi em sede extraordinária, a partir de premissa fática diversa da constante do acórdão impugnado.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 115.365

PROCED. : ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : MALVINA RIBEIRO DE SOUZA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma deferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 30.9.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma